

Portugal Democrático e o núcleo de imigrantes políticos portugueses, no Brasil

Portugal Democrático and the nucleus of Portuguese political immigrants in Brazil

Elisabeth Battista

UNEMAT, Brasil
lisbatys@gmail.com

Palavras-chave: Imigração política, exílio de portugueses, representação da diáspora, *Portugal Democrático*, jornalismo, Maria Archer.

Keywords: Political migration, Portuguese exile, Representation of the diaspora, *Portugal Democrático*, journalism, Maria Archer.

Ao tratar do tema do exílio do intelectual como punição política, começamos por mapear territórios de experiências e, ao olharmos para o século XX, constatamos um significativo registro de fluxo dos auto-denominados “imigrantes políticos” que irão compor a resistência ao regime político vigente em Portugal, no Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo.

A figura do intelectual, a partir da Segunda Guerra Mundial, adquiriu visibilidade no mundo discursivo, na medida em que se habilitou a não mais trabalhar apenas no âmbito do “universal”, mas a agir decisivamente em setores determinados. Inegavelmente, inúmeros fatos tornaram patente o seu poder de intervenção na formação política de diversos segmentos da sociedade. O século XIX, época de intensa agitação política, Antonio Gramsci (1891-1937) desenvolveu o conceito de “intelectual orgânico”, rompendo com a ideia de intelectual como indivíduo que faz parte de uma “casta separada”. O conceito de intelectual, por muito tempo e ainda hoje, associou-se ao mundo das ciências humanas e, especificamente, ao mundo do discurso.

Para pensar o papel e a função do intelectual, Michel Foucault toma a figura do jurista que consolidava seu campo de ação na escritura, e esta figura se torna a marca do intelectual por excelência: o escritor. Foucault cita Robert Oppenheimer (1904-1967) como um dos intelectuais acadêmicos que realizou a articulação entre intelectual universal e intelectual específico: “E, creio, pela primeira vez o intelectual foi perseguido pelo poder político, não mais em função do seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha: é neste nível que ele se constituía como um perigo político” (Foucault, 2011, p. 10). Neste sentido,

na medida em que este se destaca por sua atuação, serão tomados como ameaça ao poder instituído.

Em seu ensaio *Reflexões sobre o exílio* (2003), Edward Said, ele próprio representante da situação de diáspora vivida por muitas pessoas no século XX, afirma que este século é “com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (Said, 2003, p. 47).

Nos anos 30, apesar de a legislação brasileira proibir aos estrangeiros a propriedade ou a responsabilidade intelectual de periódicos, alguns jornais como *A pátria portuguesa*, o *Diário Português* e a *Voz de Portugal* estavam presentes no cotidiano do imigrantes portugueses, assumindo, sobretudo este último uma postura abertamente defensora do regime salazarista. O jornal *Portugal Republicano*, por exemplo, foi decisivamente um veículo de transmissão de mensagem dos exilados políticos e dos republicanos menos conhecidos em terras brasileiras. O periódico circulou entre 1932-33, recuperando a designação de outro jornal republicano fundado em 1908 por Antonio Fernando de Magalhães. O *Portugal Republicano* foi dirigido por Antonio Martins, nome conhecido na imprensa da colônia portuguesa no Rio de Janeiro tendo sido fundador também, de um outro periódico denominado *Jornal Português* igualmente de tendência republicana.

Circulou entre 05 de outubro de 1932 a 11 de fevereiro de 1933, quando a censura o retira de circulação, voltando este a circular posteriormente, em 1934. Reaparece em 12 de maio de 1934, de forma esporádica, conforme divulga uma “Explicação” aos leitores:

Não reaparece este jornal para reencetar a sua vida, numa trajectória normal com data fixada. Ressurge, não só como garantia do seu título, como para dar cumprimento à sua nova missão de órgão oficial do Centro Português Dr. Afonso Costa, colectividade cujos princípios por que se rege fazem parte integrante da orientação dos fundadores do Portugal Republicano.

Neste órgão faz-se publicar a entrevista com Afonso Costa e José Jobim, na qual expõe críticas ácidas à gestão de Salazar. Fato que provoca a reação com o contra-ataque do representante do regime. É apresentado, por fim, um manifesto contra a Federação das Associações Portuguesas do Brasil publicando uma “Resposta-protesto” à Federação endereçada à Colônia Portuguesa no Brasil. O texto é assinado por Eugênio Martins que afirma não reconhecer a capacidade da Federação de falar em nome de todos os portugueses que “a feira é livre e asnos não faltam; mas nós é que não nos subterremos nunca ao papel indecoroso de mudos espectadores”.

No Brasil o clima político caminha para o desfecho semelhante a Portugal e os oposicionistas terão que esperar até a década de 50, para manifestar mais abertamente a sua opinião política. A década de 50 do século XX registra o maior fluxo dos auto-denominados “imigrantes políticos” que irão compor a resistência anti-salazarista no Brasil, na cidade de São Paulo. Lá chegados, os exilados darão conta da presença portuguesa no Brasil. Esta comunicação tem a intenção de recuperar a intensa contribuição do núcleo de intelectuais portugueses exilados no Brasil, nos anos 50.

O Centro Republicano Português, fundado em 18 de abril de 1908, localizado na altura à Rua Conselheiro Furtado, 191, em São Paulo, continuava a ser

o espaço aberto aos debates do movimento de resistência à ditadura salazarista, muito frequentado, de acordo o jornal *Semana Portuguesa*, por intelectuais brasileiros e principalmente portugueses como: Casaes Monteiro, Jorge de Sena, Barradas de Carvalho, Victor Ramos, Rui Luis Gomes, os artistas Fernando Lemos, Fernando Silva, Sidónio Muralha, os escritores João Maria Sarmiento Pimentel, Maria Archer; os jornalistas Paulo de Castro, João Apolinário, Armindo Blanco, João Alves da Neves e Urbano Rodrigues, os engenheiros João dos Santos Baleizão, Carlos Cruz e Rica Gonçalves.

Um dos frutos das discussões será a criação do periódico *Portugal Democrático* pela ala mais atuante da representação diaspórica. No jornal dos emigrantes temos o registro da vida social da colônia, mesclada como notícias do governo de Lisboa, além de fatos e polêmicas.

Nome marcante na vida e cultura portuguesas, a escritora e jornalista Maria Emília Archer Eyrolles Baltazar Moreira – Maria Archer (1899-1982), é natural de Portugal e, na época em que viveu, por sua atuação instigante, foi colocada à margem e considerada uma intelectual incômoda pela ala mais conservadora da crítica do seu país.

Miguel Urbano Rodrigues, representante da diáspora portuguesa no Brasil, fala de sua experiência de 17 anos de luta como exilado político no Brasil. Pronunciou em 25 de maio de 2009, no Departamento de Estudos Lusófonos da Universidade Stendhal e na Maison de la Culture Portugaise, de Grenoble, uma conferência sobre a luta dos antifascistas portugueses do Brasil contra a ditadura de Salazar e o colonialismo.

A luta dos antifascistas portugueses contra a ditadura de Salazar nos países para onde tinham emigrado é um tema quase ignorado na Europa, nomeadamente em França. Os exilados desempenharam contudo um papel importante no combate ao fascismo, sobretudo na América Latina e no Canadá. (Rodrigues, 2009)

O jornal *Portugal Democrático* contribuiu decisivamente para o êxito do trabalho do núcleo de intelectuais, desempenhou papel de uma espécie de elo entre os núcleos da emigração democrática da América e da Europa. Editado em São Paulo, o periódico circulava mensalmente, com uma tiragem média de 4.000 exemplares. Miguel Rodrigues observa que dois períodos marcam a vida do jornal: o primeiro vai desde a fundação em 1956 ao golpe de estado que instaurou a ditadura no Brasil, em Abril de 1964.

Vale ressaltar que, desde o início, de acordo com registros, o jornal foi hostilizado pela Embaixada Portuguesa e pelo *lobby* de Salazar que editava no Rio, dois semanários de grande tiragem. Os exilados portugueses contaram sempre com o apoio dos intelectuais progressistas brasileiros, nomeadamente na Universidade de São Paulo – USP, do Partido Comunista, dos estudantes e do movimento sindical.

O fato de destacadas personalidades da oposição democrática terem optado pelo Brasil como terra de exílio contribuiu o fortalecimento do vínculo afinidade e solidariedade entre eles. Entre elas, dois ex candidatos à Presidência da República, o general Humberto Delgado e o Prof. Ruy Luis Gomes, e o capitão Henrique Galvão, que comandou o sequestro nas Caraíbas do paquete Santa Maria. Em universidades e em grandes diários marcaram presença acadêmicos,

políticos escritores e jornalistas prestigiados como José Morgado, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Sidónio Muralha, Fernando Lemos, Vitor Ramos, Barradas de Carvalho, Castro Soromenho, Maria Archer, Tito de Morais, Manuel Sertório e Vitor Cunha Rego.

Até 1964 os grandes diários brasileiros, com poucas exceções, adotavam uma posição crítica perante o regime português e abriam as suas colunas aos intelectuais exilados. Essa atitude alterou-se após a implantação da ditadura militar. A censura se faz notar, na medida em que a grande imprensa e as cadeias de televisão reduziram então ao mínimo as críticas ao regime português. Temiam desagradar ao governo do general Castelo Branco que mantinha relações cordiais com o de Salazar.

Perante a guerra colonial e as lutas pela libertação foi diferente a posição da imprensa. Com exceção da extrema-direita, manifestavam simpatia pelos movimentos de libertação que em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau lutavam pela independência dos respectivos povos. O governo dos generais no Brasil adotaram uma posição ambígua. Não condenaram o colonialismo português, mas permitiram que os exilados continuassem a denunciar os seus crimes e a expressar a sua solidariedade com o MPLA, a FRELIMO e o PAIGCV (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde).

Certamente, por um lado, por não desconhecer os sentimentos anti-colonialistas da esmagadora maioria dos brasileiros e por outro lado, consciente de que a independência das colónias era uma inevitabilidade histórica, o governo brasileiro considerava que o apoio às guerras de Salazar pesaria negativamente nas futuras relações do Brasil com os países africanos de língua portuguesa. Na ONU não apoiava a posição de Lisboa nos debates sobre a descolonização. Vale registrar, entretanto, que a polícia política, o DOPS – o chamado Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo – acompanhou sempre muito de perto a atividade dos democratas portugueses.

Outro episódio impõe dificuldade ao percurso do periódico. Em 1964 o golpe militar no Brasil, colocou o núcleo de intelectuais portugueses que editava o *Portugal Democrático* perante um desafio: tentar manter o jornal numa época em que a repressão contra os intelectuais brasileiros, seus interlocutores, constituía-se intensa.

De acordo com Miguel Urbano Rodrigues, desde o início da guerra colonial as divisões existentes na oposição ao regime tinham-se aprofundado no Brasil. Henrique Galvão, que fora recebido como um herói pelos universitários brasileiros após o sequestro do “Santa Maria”, desaprovava a luta dos movimentos de libertação e, afirmando que o povo angolano não estava preparado para exercer o direito à autodeterminação e independência, defendia uma solução neocolonial para a grande colónia.

Neste sentido, diversa era a posição do general Humberto Delgado. Este condenava com firmeza a guerra colonial e, embora usando uma linguagem cautelosa, reconhecia o direito dos angolanos à autodeterminação.

Miguel Urbano Rodrigues afirma que “A ambição de poder de Henrique Galvão e o seu anticomunismo agressivo terão contribuído para a ruptura dos dois dirigentes, quase imediata” (Rodrigues, 2007). Afirma que

Delgado era “ideologicamente um conservador, mas tomou consciência de que o pólo mais dinâmico da oposição antifascista era o núcleo comunista, com o qual manteve relações nem sempre fáceis, mas corretas”. O general já tinha porém abandonado o Brasil para se fixar em Argel quando a implantação da ditadura produziu novas clivagens na oposição ao regime salazarista e dificultou mais a luta dos intelectuais exilados e veio reforçar a vigilância policial – do DEOPS, a que estavam submetidos

O núcleo de intelectuais ligados ao partido comunista decidiu manter o *Portugal Democrático* cujo conselho de redação foi alterado com a saída de Casais Monteiro e Jorge de Sena. Ficou formado por Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues e Manuel Sertório, que se declarou não filiado ao PC. Quando o último viajou para Argel a fim de integrar a Frente Portuguesa de Libertação Nacional, foi substituído pelo engenheiro Francisco Vidal, o único não comunista da equipe editorial.

O governo brasileiro não se opôs à continuidade da atuação dos intelectuais exilados e a edição do *Portugal Democrático*. Para satisfação do núcleo de resistência, ignorou a edição posterior ao golpe, tal como tinha ignorado as anteriores. O jornal não se desviou minimamente da sua linha editorial, ostensivamente marxista. Esse número incluiu inclusive um artigo de crítica ao radicalismo pequeno burguês, com citações da obra de Lenine sobre “O esquerdismo, doença infantil do comunismo”.

A esta altura caberá uma indagação: Como se colocou o *Portugal Democrático* perante a ditadura brasileira? O núcleo de intelectuais responsáveis pelo periódico optou por abster-se de qualquer referência a temas da vida política brasileira, salvo as que estivessem diretamente relacionados com a luta contra o fascismo e o colonialismo português. Neste sentido, conforme algumas edições atestam, as iniciativas brasileiras de solidariedade com as vítimas da repressão em Portugal e nas colónias eram amplamente noticiadas e comentadas.

Vale destacar que as polícias políticas – a do Exército, a OBAN, era a mais temida – demonstravam um interesse especial pelos contatos entre os intelectuais portugueses e os brasileiros que lutavam contra a ditadura, sobretudo professores da Universidade de São Paulo, como Florestan Fernandes, Paulo Duarte, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, este mais tarde veio a exercer dois mandatos como Presidente da República Federativa do Brasil, (1 de janeiro de 1995 – 31 de dezembro de 2002).

Miguel Urbano Rodrigues registra que, foi detido e interrogado uma vez pela OBAN e o seu livro – *Opções da Revolução na América Latina* (1968) – foi apreendido por decisão do Ministro da Justiça. O fato deste ser o editorialista principal de *O Estado de São Paulo*, o mais influente jornal brasileiro na época, “contribuiu para que a repressão não o atingisse com maior dureza”.

O núcleo de intelectuais foi alvo de intensa perseguição política. Em decorrência deste fato, os entraves sociais. A situação social do “imigrante político” após a Segunda Guerra é observada por Douglas Mansur da Silva em sua Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Aí se analisa a ambiência social que envolvia os exilados portugueses, nem sempre isenta de alguma hostilidade por parte de conterrâneos da ala mais conservadora residente em São Paulo que, de

uma forma ou de outra mantinham ligações ao Regime vigente. Uma das modalidades que os atingia era a recusa de passaportes comuns pela Embaixada. No caso de Miguel Urbano Rodrigues, o consulado de São Paulo, até ao 25 de Abril, emitia um passaporte do qual constava a expressão “Válido exclusivamente para Portugal”, o que na prática, segundo Rodrigues significava “válido para a cadeia se desembarcar em Portugal”. A discriminação atingia também as famílias. O consulado recusava entregar aos membros do núcleo, uma simples certidão de nascimento de meus filhos – pedida pelas escolas – sem requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como eram também franceses por via materna, mudaram de nacionalidade para superar a exigência fascista. Era nessa atmosfera persecutória que vivam os integrantes do núcleo de resistência.

Editar o *Portugal Democrático*, enviá-lo para os núcleos da emigração democrática em diferentes países e encontrar maneira de introduzir em Portugal – sobretudo através da França – algumas dezenas de exemplares eram tarefas prioritárias para os membros.

Em São Paulo, funcionava então num local do centro da cidade uma instituição, o Centro Republicano Português, que reunia elementos da oposição a Salazar de múltiplas tendências e que promovia com frequência atividades sociais. A personalidade mais representativa do Centro era o Comandante João Sarmento Pimental, um veterano da revolução do 5 de Outubro de 1910, muito respeitado pelos anti-salazaristas brasileiros. Antes do 25 de Abril, tal como Victor da Cunha Rego, aderiu ao Partido Socialista de Mário Soares.

Uma iniciativa que contribuiu para aumentar o prestígio do *Portugal Democrático* nos meios políticos brasileiros foi uma entrevista com Jânio Quadros.

O ex presidente do Brasil, ao passar por Lisboa a bordo de um paquete, criticara o colonialismo português. Concluimos no jornal que seria útil explorar o incidente. Jânio recebeu uma delegação nossa e aceitou responder a um questionário. Mas atribuiu tão pouca importância ao assunto que nos pediu para ser o nosso jornal a preparar as perguntas e as suas respostas. E quando nos devolveu o texto não introduziu alterações.

A publicação no Brasil de livros importantes sobre a luta contra o fascismo e o colonialismo foi um trabalho desenvolvido com êxito pela equipe do *Portugal Democrático* com a colaboração amiga de duas grandes editoras: a Civilização Brasileira e a Brasiliense. Um dos exemplos foi a obra, *Os últimos dias do fascismo português* (1959), de autoria de Maria Archer, escritora integrante do núcleo de resistência ao regime, que pertenceu ao MUD e foi perseguida pela PIDE. Viu os seus livros apreendidos e os jornais onde trabalhava ameaçados de encerramento.

A escrita foi uma arma de combate político para esta autora. Em 1953, assistiu às sessões do julgamento do capitão Henrique Carlos Galvão, contestador da ditadura salazarista. Pouco depois viu a sua casa invadida pela PIDE. Sem condições de viver da sua produção intelectual, partiu para o Brasil, em 1955, onde viveu com dificuldades financeiras, mas ainda escreveu para alguns jornais, nomeadamente para O Estado de S. Paulo, Semana Portuguesa e Portugal Democrático.

Maria Archer publicou no Brasil cinco livros dos quais se conhecem apenas quatro: Terras onde se Fala Português, África sem Luz, Brasil, Fronteira da

África e Os Últimos Dias do Fascismo Português (1959) livro que resultou da assistência às sessões do julgamento.

Outras obras de autoria de intelectuais oponentes ao regime chamaram a atenção: dois livros de denúncia do colonialismo, *A Guerra em Angola* (1963), do médico Mário Moutinho de Pádua, e *Angola, Cinco Séculos de Exploração Colonial*, (1965) de Américo Boavida, dirigente do MPLA. O lançamento de *Rumo à Vitoria* (1965) e *A Questão Agrária em Portugal* (1966), ambos de Álvaro Cunhal, foi particularmente festejado pelas forças progressistas que se opunham à ditadura brasileira.

Os documentos que dão testemunhos à vida e obra de intelectuais do núcleo registram que foi necessário muita imaginação, e ajudas inestimáveis, para introduzir em Portugal muitas dezenas de exemplares.

Outro instrumento de intervenção política que foi a organização da Unidade Democrática Portuguesa, que permitia desenvolver ações e tomar iniciativas que transcendiam o âmbito de um jornal como o *Portugal Democrático*. O leque dos aderentes era aberto; nela cabiam opositoristas com formações ideológicas muito diferentes. Foi muito útil na promoção de sessões de solidariedade e como canal de informação. Editava um boletim mensal com amplo noticiário sobre a guerra colonial e as lutas do povo português. Traduzido em francês, inglês e espanhol, era enviado para dezenas de jornais europeus e latino-americanos.

A iniciativa mais importante desenvolvida pelo núcleo de intelectuais exilados do Brasil tomaram naqueles tempos, talvez tenha sido o envio anual de um Memorial à Assembleia-Geral das Nações Unidas, assinado por representantes das organizações democráticas portuguesas instaladas em seis países do Continente Americano: Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Venezuela e Uruguai. O Memorial que abriu a série em 1963 teve como primeiros signatários o general Humberto Delgado e o Prof. Ruy Luiz Gomes, ambos ex candidatos à Presidência de Portugal.

Nesse documento eram denunciados com especial ênfase os crimes do colonialismo e pedida à ONU o cumprimento de Resoluções do Conselho de Segurança que exigiam o direito à autodeterminação e independência das colônias portuguesas. Quando o “The New York Times” e o “Washington Post” publicaram passagens do documento, a repercussão incomodou tanto o fascismo que o Embaixador de Portugal na ONU promoveu uma conferência de imprensa no hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque, na tentativa de desmentir o conteúdo do Memorial.

Outro evento que obteve ampla repercussão na imprensa brasileira foi o ciclo de Conferências sobre Portugal, na Universidade Católica de São Paulo, integrado num Curso de Introdução à Ciência Política. Perante o interesse despertado pela “transição marcelista”, aquela Universidade dirigiu-se à Embaixada de Portugal e ao Centro Republicano Português pedindo-lhes a indicação de nomes de personalidades disponíveis para apresentar comunicações nos diferentes painéis constantes do programa e abertas ao debate sobre o colonialismo e o regime ditatorial de Lisboa.

De acordo com Miguel Urbano Rodrigues, a Embaixada não somente recusou colaborar como cometeu o erro, através do consulado, de sugerir ao Reitor

da Universidade que anulasse o Curso sobre Portugal, argumentando que teria um carácter subversivo, “incompatível com a ideologia da Revolução Brasileira” (assim se auto intitulava a ditadura militar). E foi mais longe: visitou as redações solicitando que não fizessem a cobertura do acontecimento, gesto que, denunciado, suscitou escândalo.

Os debates, moderados pelo atuante Prof. Florestan Fernandes, uma das figuras mais prestigiadas no meio académico brasileiro. Registo que pelos intelectuais portugueses apresentaram comunicações os professores Vitor Ramos e Joaquim Barradas de Carvalho, Augusto Aragão, a estudante Maria Antónia Fiadeiro e Miguel Urbano Rodrigues. Esses trabalhos foram mais tarde reunidos numa edição especial da Revista *Paz e Terra*, publicada em Dezembro de 1969.

Quando ocorreu o 25 de Abril, alguns dos intelectuais tomaram a decisão de regressar imediatamente a Portugal. Na Universidade de São Paulo, amigos brasileiros decidiram promover um Ato público para despedida dos exilados políticos que iam voltar à pátria. A polícia política recebeu instruções para não proibir a iniciativa. O Acto foi presidido por um jovem brasileiro, Sylvio Band, que era então o proprietário “legal” do *Portugal Democrático*.

08/05/1974 Movimento estudantil – agitação na USP A festa programada pelos estudantes para comemorar a queda da ditadura em Portugal, foi realizada no dia 03/05/1974, no prédio do Departamento de história da FFLCH/USP... a assistência se compunha de mais de 1000 pessoas... A sessão foi presidida pelo prof. Silvio Band, brasileiro há muito ligado aos democratas portugueses. Compunham, ainda, a mesa Antonio Soares Amora, João Paulo Gomes Monteiro, Jorge Figueiredo, Ítalo Tronca, Paulo Emílio Sales Gomes, António Candido, os exilados Miguel Urbano, João Sarmento Pimentel, Fernando Lemos, Edson Ribeiro Menezes (representante do Jornal Portugal Democrático), a viúva de Antonio Augusto Aragão, Juan Blanco e Raul Cirilo da Cunha, além de outras pessoas não identificadas. Com a morte, no dia 02/05, do Prof. Victor Ramos, da USP, chegou a ser cogitado o cancelamento da festa, mas a reunião foi mantida em sua própria homenagem, já que falecera ele, quando, em companhia de outros, organizava as comemorações. Enaltecendo a figura do falecido, falou Antonio Soares Amora, seu grande amigo. Os demais oradores enalteceram a luta dos portugueses, sob o regime salazarista. Merece destaque especial o estudante que falou em nome dos alunos da USP... prestada, inicialmente, homenagem ao falecido prof. Victor Ramos, no final da sua oração, após referir-se á prisão dos estudantes e ao COMITÉ DE PRESOS POLÍTICOS, afirmou que deveríamos “transformar o Brasil num imenso Portugal”. Encerrando a sessão falou o comandante, João Sarmento Pimentel, um dos fundadores da República Portuguesa e exilado no Brasil há 40 anos. Com mais de 80 anos de idade, visivelmente emocionado pelas possibilidades de voltar, em breve a sua Pátria, foi prolongada e entusiasticamente aplaudido... (Informação n.321 ARSI/SP.T/DSI/MEC/74, SP 08/05/74. DOPS/SP. Acervo DEOPS/SP, APESP Paulo.)

Entre os documentos que fornecem testemunho regista-se o episódio marcante ocorrido em Maio de 1974. No prédio da FFLCH/USP celebrava-se a tão esperada emancipação e liberdade, o fim da ditadura salazarista, juntamente com

as homenagens ao recém-falecido professor Victor Ramos, o líder idealizador e verdadeiro proprietário do periódico de resistência, o *Portugal Democrático*.

A popularidade da Revolução portuguesa era enorme entre a juventude no Brasil. Entretanto, documentos atestam que o DOPS trabalhou intensamente para sabotar a sessão. Miguel Urbano relata que horas antes do seu início levou para a sua sede o Professor Paulo Duarte, então com mais de 80 anos, a personalidade que deveria falar em nome da Universidade. Substituímo-lo pelo prof. Soares Amora, genro de Fidelino de Figueiredo e então catedrático de Literatura Portuguesa. A sessão teve de se realizar num pátio onde se concentraram mais de 1.000 jovens. E a Revolução Portuguesa e os exilados que ali a representavam foram aclamados numa atmosfera de entusiasmo.

A solenidade de despedida dos exilados, pelo seu significado, acabou transformada num expressivo ato político brasileiro. Isso foi possível graças à esperança representada pelo 25 de Abril, no qual, a Revolução desejada, pela qual lutaram, efetivou-se. O episódio vem a marcar assim, o fim da luta travada no Brasil pelos intelectuais oponentes ao regime salazaristas, quase toda ela nos anos mais duros da ditadura dos generais, no Brasil.

Este trabalho constitui-se mais um esforço no sentido de dar visibilidade aos combates travados pelo núcleo de exilados políticos e revolucionários, pela liberdade do povo português. O periódico de resistência, o *Portugal Democrático*, jornal produzido pela organização cujo Conselho de Redação era formado, com algumas exceções, por militantes do Partido Comunista Português – PCP. De 1955 a 1974 atuaram como uma notável determinação e legaram aos seus compatriotas, honroso testemunho de vida e obra, em prol da causa da liberdade de expressão.

Referências bibliográficas

- Costa, R. P. (2014, set./dez.). A construção do intelectual: uma releitura de Edward Said. *Revista Espaço Ética: Educação, Gestão e Consumo*, I (3), 54-112.
- Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2011). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gramsci, A. (1966). *Cartas do cárcere*. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (1978). *Os intelectuais e a organização da cultura* (2ª ed.). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hall, S. & Sovik, L. (Orgs.) (2009). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Tradução de Adeline La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hall, S. & Sovik, L. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed.). Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.
- Palla, M. A. (1989). A Renovação da Imprensa, apesar da Censura. In A. Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo* (p. 209). Lisboa: Publicações Alfa.
- Rodrigues, M. U. (2002). *O Tempo e o espaço em que vivi, I- Procurando um caminho* (p. 118). Porto: Campo das Letras.
- Said, E. (2003). *Reflexões Sobre o Exílio e outros Ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras.

Resumo

A década de 50 do século XX registra o maior fluxo dos auto-denominados “imigrantes políticos” que irão compor a resistência anti-salazarista no Brasil, na cidade de São Paulo. Aqui chegados, os exilados darão conta da presença portuguesa no Brasil. Depois de se sentirem no centro dos acontecimentos em Portugal, em uma conjuntura de repressão maiúscula à liberdade de expressão do pensamento, o exílio foi, para as gerações de 1950 a 1970, a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dera sentido à resistência ao regime vigente em Portugal. O Centro Republicano Português, fundado em 18 de abril de 1908, localizado na altura à Rua Conselheiro Furtado, 191, em São Paulo, era o espaço aberto aos debates do movimento de resistência à ditadura salazarista, muito freqüentado, de acordo o jornal *Semana Portuguesa*, por intelectuais brasileiros e principalmente portugueses como: Casaes Monteiro, Jorge de Sena, Barradas de Carvalho, Victor Ramos, Rui Luis Gomes, os artistas Fernando Lemos, Fernando Silva, Sidónio Muralha, os escritores João Maria Sarmiento Pimentel, Maria Archer; os jornalistas Paulo de Castro, João Apolinário, Armindo Blanco, João Alves da Neves e Urbano Rodrigues, os engenheiros João dos Santos Baleizão, Carlos Cruz e Rica Gonçalves. Um dos frutos das discussões será a criação do periódico *Portugal Democratico* pela ala mais atuante da representação diaspórica. Esta comunicação tem a intenção de recuperar a intensa contribuição do núcleo de intelectuais portugueses exilados no Brasil, nos anos 50 do século passado, por meio do percurso de uma das suas mais atuantes intelectuais: a autora Maria Archer.

Abstract

The 1950s recorded the largest influx of self-styled “political immigrants” who will compose anti-Salazarist resistance in Brazil, in the city of São Paulo. Here arrived, the exiles will account for the Portuguese presence in Brazil. After being at the center of events in Portugal, in a conjuncture of capitalist repression to freedom of expression of thought, exile was, for the generations of 1950 to 1970, the rupture with a reality and the uprooting of the universe of references that had given To the regime in force in Portugal. The Portuguese Republican Center, founded on April 18, 1908, located at Rua Conselheiro Furtado, 191, in São Paulo, was the space open to the debates of the movement of resistance to the Salazarist dictatorship, much frequented, according to the Portuguese weekly newspaper, By Brazilian and mainly Portuguese intellectuals such as: Casaes Monteiro, Jorge de Sena, Barradas de Carvalho, Victor Ramos, Rui Luis Gomes, Fernando Lemos, Fernando Silva, Sidónio Muralha, writers João Maria Sarmiento Pimentel and Maria Archer; The journalists Paulo de Castro, João Apolinário, Armindo Blanco, João Alves da Neves and Urbano Rodrigues, engineers João dos Santos Baleizão, Carlos Cruz and Rica Gonçalves. One of the fruits of the discussions will be the creation of the periodical *Portugal Democratico* by the most active wing of the diasporic representation. This communication intends to recover the intense contribution of the nucleus of Portuguese intellectuals exiled in Brazil in the 50’s of the last century, through the course of one of its most active intellectuals: the author Maria Archer.